**Estudos da Língua(gem)**
**Estados diacrônicos e sincrônicos da Língua Portuguesa**

# A morfologia de flexão no Português do Brasil: ensaio sobre um discurso de "*perda*"

## Inflectional Morfology in Brazilian Portuguese: essay on a discourse of loss

**Maria Clara Paixão de Sousa***
Universidade de São Paulo (USP)

**RESUMO**
As primeiras obras de reflexão gramatical sobre o português falado no Brasil estão permeadas por dois discursos fundamentais que se entrecruzam e se retroalimentam: de um lado, o discurso da identidade nacional brasileira, marcado pelo peso das relações simbólicas entre o Brasil "culto" e o Brasil "popular"; de outro, o discurso naturalista, marcado pelo peso da visão do percurso orgânico de nascimento, apogeu e decadência das línguas. Neste artigo, iremos explorar essas duas vertentes no texto de duas obras importantes da reflexão linguística do início do século XX (MELO, 1946; SILVA NETO, 1950), concentrando-nos em suas exposições sobre o problema da "erosão do paradigma flexional". Propomos que, na elaboração de descrições e teorias sobre este aspecto das falas brasileiras, tais obras expressam os dois discursos acima mencionados.

*Sobre a autora ver página 121.

Essa expressão se concretiza na composição do discurso sobre o paradigma flexional, pontuado por termos como "redução", "falta", "empobrecimento". Iremos propor que esse discurso remete à incorporação do paradigma schleicheriano segundo o qual a "perda" da morfologia flexional é um dos fatos principais a revelar o destino de decadência e empobrecimento das línguas no tempo. Por fim, examinaremos as relações entre essa visão sobre o destino das línguas e o caso específico brasileiro, remetendo a interpretação da "perda" da morfologia de flexão à interpretação de um estágio de decadência da sociedade, relação que se explicita, sobretudo, pela remissão dos autores ao contato do português com populações de origem "primitiva".

**PALAVRAS-CHAVE**
Morfologia. Flexão Verbal. Mudança Linguística. Português do Brasil.

*ABSTRACT*
*The early debate on the grammar of Portuguese spoken in Brazil is marked by two interweaving lines of discourse: the discourse on Brazilian national identity (in which the "popular" and the "cultivated" present great symbolic weight) and the naturalist discourse on the organic path of language birth, growth and decadence. In this paper we shall examine those two lines of discourse in two important examples of mid-XX century work on Brazilian Portuguese (MELO, 1946; SILVA NETO, 1950), in particular where the "erosion of morphological paradigms" is concerned. We propose that the descriptions and theories brought by these authors express the abovementioned discourses, as can be examined in the composition of the expositions based on terms such as "reduction", "absence", "loss". This discourse is related to the incorporation of the schleicherian paradigm according to which the "loss" of flexional morphology is one of the most important signs of the decadence of a language in historical times. Finally, we shall examine the relations between this vision of language decadence and the particular case of Brazilian Portuguese, claiming that the interpretation of the "loss" of morphology is connected to an interpretation of a critical stage of decadence in the Brazilian society, which is explicitated when the authors discuss the contact of Portuguese with "primitive" peoples.*

*KEYWORDS*
*Morphology. Verbal Inflection. Linguistic Change. Brazilian Portuguese.*

## 1 Introdução

Neste artigo, proponho que o tratamento dado à "*erosão*" da morfologia de flexão em algumas obras fundadoras do pensamento sobre a formação linguística do Brasil está permeado por dois discursos fundamentais, que se entrecruzam e se retroalimentam: de um lado, o discurso da identidade nacional brasileira, marcado pelo peso das relações simbólicas entre o Brasil "*culto*" e o Brasil "*popular*"; de outro, o discurso naturalista sobre a língua, marcado pelo peso da visão oitocentista do percurso orgânico de nascimento, apogeu e decadência das línguas.

Essa proposta se insere num projeto de pesquisa mais amplo sobre as reestruturações do português clássico no tempo do Brasil colônia, no contexto do qual surgiu uma observação e uma pergunta. A observação, inspirada na leitura de Lucchesi (2001), é a seguinte: algumas das mais importantes obras de reflexão sobre a formação linguística do Brasil na primeira metade do século XX costumam, ao mesmo tempo, reconhecer e negar a importância do contato do português com as línguas indígenas e africanas na constituição da língua falada no Brasil. A pergunta evidente, a partir dessa observação, é: como essas obras constroem essa delicada equação? Iniciei a pesquisa motivada por esta pergunta pela análise da discussão sobre o surgimento do paradigma de flexão verbal no (assim chamado) "*português popular brasileiro*".

São as primeiras reflexões em torno do tratamento deste aspecto da gramática do português que trago para este artigo, a partir da análise de duas obras fundamentais na reflexão sobre a língua no Brasil do início do século XX – de Gladstone Chaves de Melo, *A Língua do Brasil*, 1946; de Serafim da Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, 1950 – à luz de uma das correntes mais importantes da linguística oitocentista, o naturalismo schleicheriano.

## 2 O problema da flexão verbal no "português popular do brasil"

Na historiografia sobre a formação linguística do Brasil, a postura perante o problema da perpetuação da língua portuguesa em relação à formação social do país sempre tomou cores fortes, formando o debate no qual os vetores "*Conservação*" e "*Inovação*" tem se enfrentado em seculares batalhas que envolvem dois lados principais de contenda: a tese "internalista" e a tese "crioulista". Segundo a tese "internalista", o português do Brasil se desenvolve diretamente do português do século XVI, sem a "influência do contato"; destacam-se, nesse campo, as propostas de Serafim da Silva Neto (*Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 1950), Gladstone Chaves de Melo (*A Língua do Brasil*, 1946), Silvio Elia (*A unidade linguística do Brasil*, 1979), Mattoso Câmara Jr. (*Línguas européias de ultramar: o português do Brasil*, 1972). No campo oposto, a tese "crioulista" defende que o português do Brasil se origina do contato com as línguas indígenas ou (principalmente) africanas – aqui podemos salientar desde a pioneira abordagem de Adolpho Coelho em 1880 até as propostas de Gregory Guy (*On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese*, 1989), John Holm (*Creole influence on Popular Brazilian Portuguese*, 1987).

Qualquer discussão atual sobre o caráter Inovador ou Conservador da língua portuguesa falada no Brasil, ou sobre o papel do "Contato" na história do português brasileiro carrega, assim, o peso dos mais de cem anos de debates que colocaram o problema num lugar simbólico importante – tornando inevitável, para as pesquisas atuais, compreender, criticar e reelaborar a tradição. Neste artigo, tocamos em um dos pontos propícios para essa revisão crítica, a partir do problema do tratamento conferido ao contato nas obras da assim chamada tese "internalista".

Notaremos, de partida, que algumas das mais importantes obras de reflexão sobre a formação linguística do Brasil na primeira metade do século XX costumam, ao mesmo tempo, reconhecer e negar a importância do contato do português com as línguas indígenas e africanas na constituição da língua falada no Brasil. É o que observa Dante Lucchesi (2001):

> A forte influência do contato linguístico circunscrita às variedades populares do português do Brasil é quase um truísmo e é admitida por todos os grandes estudiosos que se dedicaram ao tema, **tanto os que defenderam, quanto os que negaram "as origens crioulas" da língua no Brasil**. É o que se pode ver na referência de Jacques Raimundo (1933:75): "à língua dos escravos no Brasil, uma linguagem própria, mesclada do idioma natal e do português, a que se juntou a contribuição vocabular do indígena, e que determinou as alterações ainda hoje notadas no foneticismo, no ritmo e na sintaxe de nossa fala popular"; ou no próprio Gladstone Chaves de Melo (1946), que admite a influência das línguas africanas "na morfologia, na simplificação e redução das flexões de plural e das formas verbais na fala popular", chegando a afirmar que "a nossa língua popular, falando-se de um modo geral, é substancialmente o português arcaico, deformado, ou se quiserem, transformado em certo aspecto da morfologia e em alguns da fonética pela atuação dos índios e dos negros" (ibid.: 90-91); ou mesmo em Serafim da Silva Neto (1963), que afirma: "não somos daqueles que vêem influências linguísticas a todo preço e a todo risco, mas em ambientes linguísticos e sociais como no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII é preciso não perder de vista esta possibilidade, ao menos para exame, como hipótese de trabalho". Essa também é a posição de Câmara Jr. (1976: 30-31), que, apesar de afirmar que "as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devam ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana", admite que, em relação ao português popular, "podem ter atuado substratos indígenas [...] e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. (LUCCHESI, 2001, p. 100)(*Grifo meu*).

A admissão de uma influência do contato nas "*vertentes populares*" do português falado no Brasil, da parte de autores como Chaves de Melo e Silva Neto, parece, à primeira vista, chocar-se com a tese do português do Brasil como **herança** do português quinhentista, defendida por esses mesmos autores. Veremos, ao longo deste artigo, que essa contradição se explica na medida em que este português "*deformado*" pela "*atuação dos índios e negros*" não é a língua que Chaves de Melo ou Silva Neto têm

em mente quando falam no "*conservadorismo*" da língua. Ou seja: algumas análises tradicionais enxergam o contato como elemento importante em uma das correntes formadoras do português no Brasil, mas não tomam essa corrente como representativa da nossa "língua nacional".

Neste artigo vou sugerir alguns pontos nos quais essa abordagem do português "popular" brasileiro revela uma determinada visão de língua e uma determinada visão de sociedade – trazendo à tona, centralmente, o problema da "*erosão do paradigma flexional*", cuja importância no debate já se revela nas citações trazidas por Lucchesi no trecho acima, quando Chaves de Melo fala em "*simplificação e redução das flexões de plural e das formas verbais*". Para começarmos a discutir essa abordagem da morfologia de flexão, antes de tudo, vamos deixar estabelecido o paradigma verbal a que iremos fazer referência ao longo da discussão – embora este seja um dos aspectos mais conhecidos da literatura sobre a língua portuguesa no Brasil. Não custará, entretanto, revisitarmos as descrições oferecidas por Chaves de Melo (MELO, 1946) – Quadro 1 – e Silva Neto (SILVA NETO, 1950) – Quadro 2 – para o paradigma de flexão verbal no português "*popular*":

| INDICATIVO, PRESENTE | | |
|---|---|---|
| 1ª Conj. | 2ª Conj. | 3ª Conj. |
| Eu amo | Eu vivo | Eu parto |
| Tu ama | Tu veve | Tu parte |
| Êle ama | Êle veve | Êle parte |
| Nós ama (ou amamo) | Nós veve (ou vivemo) | Nós parte (ou partimo) |
| Vós ama | Vós veve | Vós parte |
| Êles ama | Êles veve | Êles parte |

**Quadro 1**: Paradigma em Chaves de Melo (1946, p. 99).

| INDICATIVO, PRESENTE | | |
|---|---|---|
| 1ª Conj. | 2ª Conj. | 3ª Conj. |
| Eu lóvo | Eu dêvo | Eu parto |
| Tu lóva | Tu déve | Tu parte |
| Êle lóva | Êle déve | Êle parte |
| Nós lóva | Nós déve | Nós parte |
| Vós lóva | Vós déve | Vós parte |
| Êles lóva | Êles déve | Êles parte |

**Quadro 2:** Paradigma em Silva Neto (1950, p. 135).

Nas palavras de Silva Neto, esses quadros descreveriam o "*estado atual das flexões verbais na linguagem regional*". A idéia mais geral com que esse paradigma do "*português popular*" é tradicionalmente descrito suscita a discussão sugerida neste artigo: os quadros representam aquilo que se convencionou chamar de "*erosão*" da morfologia de flexão, traço que tem sido visto como característico do português falado no Brasil em certas classes sociais ou em certas regiões. Quanto a isso vamos considerar como emblemática a descrição de Silva Neto:

> A grande maioria dos fatos que caracterizam os nossos falares regionais tem âmbito panbrasileiro [...]. Está neste caso o frisante fato, que representa o vestígio do crioulo colonial, do desaparecimento da flexão numérica por meio de –s: os livro, as mesa. O mesmo se dirá da extrema simplificação das formas verbais, outra cicatriz do primitivo aprendizado tosco da língua portuguesa. De modo geral, em todas as regiões, só se usam a 1ª e a 3ª pessoas; o plural da 1ª pessoa perde o –s: bamo, fazemo, fomo, e, nos proparoxítonos, perde a terminação –mos: nós ia, fosse, andava. [...] (SILVA NETO, 1950, p. 135).

O trecho acima apresenta diversos pontos de interesse para a nossa reflexão, dos quais destacaremos a terminologia marcante daquilo que denominaremos **discurso da perda**: Silva Neto remete à "*extrema simplificação*" das formas verbais e à "*perda*" do *–s* dos plurais. É essa interpretação clássica do paradigma de concordância verbal da fala brasileira "*popular*" como representativo de uma morfologia "*reduzida*","*simplificada*", "*erodida*", "*empobrecida*", "*deformada*" – em essência, uma interpretação de perda – que vamos começar aqui a interrogar.

Nossa primeira pergunta será:

i. Em que sentido é adequado falar-se em **erosão** (**redução** / **simplificação** / **empobrecimento**) da morfologia de flexão verbal?

Noutros termos: o que, exatamente, teria sido "*erodido*" nessas formas verbais? É evidente que, na análise tradicional, {**nós ama**}

seria o eco "*erodido*" de {**nós amamos**}: ou seja, {**nós ama**} seria uma composição na primeira pessoa do plural, na qual "*falta*" uma parte ({-**mos**}) do vocábulo {**amamos**}:

Nós ama**mos** > Nós ama**~~mos~~**

A "*perda*", portanto, é uma lacuna na forma dos vocábulos. Ora: isso pode parecer tão evidente, a ponto de tornar sem sentido a interrogação sugerida acima; mas não vamos nos esquecer de que esta é uma evidência teórica e historicamente construída – e que tentaremos, aqui, desconstruir. Vamos ver que como, em regra, a flexão verbal em português é realizada como morfema final, as alterações no paradigma verbal podem com muita facilidade ser relacionadas à "*falta*" de algo, e consequentemente, à "*redução*" ou "*perda*" de algo – como se {**nós ama**} fosse um {**nós amamos**} em que falta {-**mos**}, conforme indicado em (1) acima. O primeiro ponto a se observar, portanto, é que a noção da "*perda*" da morfolgia só faz sentido numa perspectiva comparada – ou seja, ao se comparar o paradigma "*popular*" com o paradigma "*culto*" (que, neste sentido, deve anteceder o popular):

| (2) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Eu | amo | = amo | | = | amo |
| Tu | ama | < ama**~~s~~** | | < | amas |
| Êle | ama | = ama | | = | ama |
| Nós | ama | < ama**~~mos~~** | | < | amamos |
| Vós | ama | < ama**~~is~~** | | < | amais |
| Êles | ama | < ama**~~m~~** | | < | amam |

Ora, como sabemos, uma análise minimamente detida revelará que esse raciocínio não pode ser estendido para o sistema verbal como um todo. Para um verbo como {**ir**}, por exemplo, o paradigma "*culto*" é {**ir | vou | vais | vai | vamos | vão**}, e o paradigma popular, {**vou | vai**}. Evidentemente, {**vai**} em {**nós vai**} não pode ser uma forma reduzida de {**vamos**} (que seria talvez "*vam*' " ou algo do gênero, como de ocorre em reduções de fato, como nas frases coloquiais "*Vam' bora*!", "*Vam' lá*!"), nem em {**eles vai**}, uma forma reduzida de {**vão**}:

| (3) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Eu vou | = vou | = | vou |
| Tu vai | < vai**s** | < | vais |
| Êle vai | = vai | = | vai |
| Nós vai | < **?** | < | vamos |
| Vós vai | < vai**s** | < | vais |
| Êles vai | < **?** | < | vão |

Repetindo a observação para um universo maior de verbos e ampliando a análise para todo espectro de tempo e aspecto, confirmaremos que a análise de fato não fecha, seja para um verbo como {**ir**}, seja para um regular como {**amar**}:

| (4) | | | |
|---|---|---|---|
| Eu fui | = fui | = | fui |
| Tu foi | < **?** | < | foste |
| Êle foi | = foi | = | foi |
| Nós foi | < **?** | < | fomos |
| Vós foi | < **?** | < | fostes |
| Êles foi | < **?** | < | foram |

| (5) | | | |
|---|---|---|---|
| Eu amei | = amei | = | amei |
| Tu amou | < **?** | < | amaste |
| Êle amou | = amou | = | amou |
| Nós amou | < **?** | < | amamos |
| Vós amou | < **?** | < | amastes |
| Êles amou | < **?** | < | amaram |

Os exemplos em (2) a (5) já evidenciam o que está em jogo no paradigma verbal do português "*popular*": este paradigma funciona (aí sim, de modo regular e abrangente) pelo uso da forma de terceira pessoa do singular para todas as pessoas do discurso.

O que se vê aí, portanto, é a reestruturação das regras de indicação de pessoa verbal: há uma forma para a primeira pessoa do singular ({**amo**},{**vou**}) e uma forma para todas as demais ({**ama**},{**vai**}). Essa reestruturação do paradigma de flexão verbal é tópico de vasta discussão na literatura mais recente sobre o Português Brasileiro, tendo merecido a atenção de diferentes quadros teóricos. No quadro gerativo, por exemplo, esta mudança tem sido relacionada a um dos pontos centrais

das discussões sobre a gramática do Português do Brasil: a possibilidade e natureza do sujeito nulo no PB, assunto que tem originado inúmeros trabalhos nos anos recentes. Nesse quadro, as análises têm se dividido em duas tendências principais, já resumidas por Torres Morais (2001):

> A primeira, adotada por Duarte (Duarte 2000, entre outros), associa sujeito nulo e flexão, o que leva à necessidade de refletir sobre paradigmas de concordância "rica" e "pobre", e de como as mudanças que ocorrem na morfologia verbal se refletem no licenciamento das três pessoas gramaticais. Na segunda perspectiva, defendida por De Oliveira (2000), Negrão & Viotti (2000), Modesto (2000) e Figueiredo Silva (2000), não se assume tal conexão causal entre INFL e identificação do sujeito nulo nas diferentes pessoas gramaticais, embora os autores variem na sua argumentação para justificar o ponto. Enquanto De Oliveira (2000) se detém em fatores de ordem estrutural, os autores restantes baseiam-se na Teoria da Ligação para mostrar que o sujeito nulo de terceira pessoa no PB pode envolver diferentes formas de licenciamento e interpretação, evidenciando categorias nulas de natureza distinta no sistema pronominal (TORRES MORAES, 2001, p. 157).

A centralidade do problema da flexão verbal para a discussão da mudança gramatical que origina o PB confere a relevância e atualidade do tema. Neste artigo, não iremos rediscutir a literatura recente sobre a concordância e morfologia de flexão; queremos, apenas, interrogar as análises tradicionais, em especial refletindo sobre a idéia de "*simplificação*" / "*redução*" / "*perda*" / "*erosão*".

O ponto a salientar, aqui, é que, ao analisarmos o paradigma do português "*popular*" da perspectiva do contraste entre a primeira pessoa e as demais, faz pouco sentido falar em "*empobrecimento*" ou "*erosão*" da morfologia - faz muito mais sentido falar em *reestruturação* da morfologia flexional.

Nas análises mais tradicionais, entretanto, a relação de "filiação" entre as formas verbais "erodidas" e as formas verbais "plenas" aparece como uma evidência indiscutível, quase que obliterando o fato de que o estabelecimento da relação {**amamos** > **ama**} é apenas uma análise

entre outras análises possíveis; é uma proposta de relação diacrônica entre duas formas verbais. Entretanto, na outra análise possível – a da reestruturação da relação entre as pessoas do discurso e as pessoas gramaticais, de modo que as formas de 3ª pessoa plural passam a ser usadas para todas as pessoas do discurso – a relação diacrônica das formas ({**amamos** > **ama**}) simplesmente não se coloca. Uma das formas existentes na "origem", {**ama**}, teria substituído outra forma, {**amamos**}, tendo esta simplesmente caído em desuso – não haveria, aqui, palavras *reduzidas*, morfemas *erodidos*, simplesmente substituição de formas de expressão.

Nossa questão aqui, portanto, é contextualizar o estabelecimento da análise do paradigma do português "popular" como uma versão "empobrecida" de um paradigma culto original, *faltando*-lhe, por *erosão*, as terminações correspondentes às pessoas do verbo que estariam sendo expressas. Para explorarmos esta análise, valerá colocarmos uma segunda interrogação:

ii. Nas análises tradicionais, o que explicaria o advento da "**erosão**" (**redução / simplificação / empobrecimento**)?

A "*perda*" das terminações relativas à 1ª pessoa plural, às 2ªs pessoas (singular e plural) e à 3ª pessoa plural é explicada, em Chaves de Melo e Silva Neto, pela ação do contato linguístico – observação que dá o mote deste artigo.

O trecho de *A Língua do Brasil* no qual Chaves de Melo introduz e expõe a questão a ser tratada no livro – "*é correto falarmos em língua brasileira*?" - é emblemático da análise geral apresentada pelo autor para a questão do contato; reproduzimos aqui este trecho integralmente, para comentá-lo em diversos pontos que seguirão:

> Descoberto o Brasil, para cá trouxeram os portugueses sua língua românica. Esta a princípio encontrou um forte rival no tupi, que, até o século XVIII, chegou em certas regiões a ser mais falado que o português. Depois, este reagiu e recuperou

terreno à língua local. Mas então se deu um fenômeno de capital importância na história das línguas: os indivíduos que tinham o tupi como língua materna abandonaram-no e adotaram o novo idioma. Naturalmente não puderam dominar todo o mecanismo e todas as sutilezas deste; antes, aprenderam-no mal, **desfigurando-o** com uma série de defeitos provenientes dos antigos hábitos linguísticos.

Agora, pelo tempo adiante as gerações sucessivas foram perdendo esses defeitos iniciais, porque não tiveram de deixar sua língua para adquirirem outra, e principalmente porque as constantes ondas linguísticas, depuradoras e retificadoras, formadas pelas levas de emigrantes que, dirigindo-se ao Brasil, ameaçavam despovoar o Reino, iam desfazendo as diferenças e planificando o aspecto linguístico brasileiro.

O mesmo se deve dizer de outro elemento perturbador e praticamente concomitante: o negro africano. Também ele entrou a falar mal o português, **desfigurando-o** com a marca dos seus anteriores hábitos linguísticos.

Ao estudar-se a influência do negro no português do Brasil, não se pode esquecer o papel dos feitores, e principalmente o das mucamas e mães pretas, que criavam e ensinava a falar os 'sinhozinhos'.

Mas depois, também neste caso, apareceram os elementos unificadores: as ondas linguísticas oriundas da metrópole, o meio mais culto, as escolas, a língua escrita e o contacto com pessoas instruídas.

Pois bem: o português, transplantado, sofreu um rude **abalo**. Passou por vicissitudes mil, decorrentes das condições históricas, sociais e geográficas da formação brasileira, sofreu a concorrência do tupi, foi altamente **deturpado** na boca de índios e mamelucos, e na boca dos pretos, ficou ilhado em muitos pontos do território nacional, que se imunizaram do bafejo civilizador. Mesmo depois que reagiu e se adaptou às novas condições de vida, mesmo depois que foi tonificado pelas injeções de sangue novo, as levas de emigrantes lusos que, sucessivas, buscavam a Colônia, mesmo depois que se pode acastelar na língua escrita, teve que ser usado por um povo que já tinha outra afetividade que não a portuguesa, outro espírito nacional, outra maneira de sentir e interpretar a vida.

Pergunta-se: esta série de **abalos** que sofreu, sob os céus americanos, o velho idioma do Condado Portucalense determinou a formação de um tipo linguístico novo e diferente, ou apenas condicionou divergências acidentais que não permitem o reconhecimento – com honestidade intelectual

> – de uma 'língua brasileira', senão apenas o de um 'aspecto brasileiro' da língua portuguesa? Eis o problema (MELO, 1946, p. 17-18). (*Grifos meus*).

O seguinte trecho de *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* remete a uma interpretação semelhante do processo de "perda" das flexões, da parte de Silva Neto:

> Como se vê, há muitas semelhanças entre o português dos índios e o português dos negros. Isto é, aliás, bem natural, pois tanto o índio quanto o negro, em atrasado estágio de civilização, aprenderam o português como língua de emergência, obrigados pela necessidade (SILVA NETO, 1950, p. 36)

O ponto em comum que vemos entre a argumentação de Chaves de Melo e a de Silva Neto no que tange à relação entre a "*simplificação*" da morfologia de flexão e a questão do contato é a avaliação de que o aprendizado imperfeito do português pelos negros e índios ("*como língua de emergência, obrigados pela necessidade*") é tomado como uma ação transformadora sobre **as formas** da língua: **as formas alteram-se, as formas corróem-se**. Notemos ainda os termos com que a questão é tratada: para Chaves de Melo, a "*ação*" dos "*negros e índios*" sobre a língua portuguesa aparece qualificada com termos como: "**desfiguração**", "**deturpação**", "**abalo**" (e em outros trechos, "**deformação**"), termos que remetem à ação transformadora sobre um estado de origem, numa chave mais negativa que positiva (uma "*perda*"). Mais adiante voltaremos a outros aspectos interessantes das exposições de Chaves de Melo e Silva Neto. Aqui nos concentraremos no problema sugerido pela pergunta acima – como se explica a mudança no paradigma verbal em termos de "*perda*" dos morfemas de flexão, de "*desfiguração*", "*deturpação*", "*abalo*".

Quero sugerir que essa interpretação do problema ganha uma leitura interessante se a remetermos a uma tese cara à linguística histórica do século XIX, a tese da morfologia de flexão (verbal ou nominal) como um elemento formador da língua como organismo, em especial nas propostas de Schleicher (1863, 1865), para quem essas estruturas

linguísticas são complexos comparáveis aos complexos celulares dos organismos biológicos. Na seção a seguir, iremos nos deter em dois pontos da teoria de Schleicher: primeiro, justamente, a natureza da flexão (SCHLEICHER, 1863); segundo, a natureza da mudança linguística (SCHLEICHER, 1865). Depois de revisitar esses textos, voltaremos aos textos de Melo e de Silva Neto com um novo olhar.

## 3 Buscando raízes para o discurso da "perda"

> "*Language is the audible symptom of the activity of a complex of material relations in the structure of the brain and speech organs, with nerves, bones, muscles, etc. It is possible that language differences are the result of minimal differences in the character of the brain and the speech organs*".
>
> (August Schleicher, 1865, p. 76).

Nesta seção proponho uma leitura das análises sobre a "*perda*" da morfologia de flexão no português "*popular*" do Brasil à luz da herança da abordagem da linguística oitocentista sobre a morfologia de flexão. Explorarei duas linhas de reflexão principais: primeiro, discutirei a centralidade da morfologia de flexão para a teoria de linguagem de August Schleicher; segundo, a importância da "*perda*" da morfologia para a teoria de mudança linguística proposta pelo mesmo autor. Tendo explorado essas linhas, irei argumentar que as idéias de Schleicher ecoam fortemente sobre as primeiras discussões sobre a formação linguística do Brasil.

### 3.1 Flexão e evolução natural: revisitando as teses de Schleicher

A centralidade da morfologia nas propostas de tipologia linguística do século XIX remonta a Humboldt, de quem o século herdou a noção geral da divisão das línguas humanas em "sintéticas" e "analíticas"; a tese, entretanto, viria a se tornar especialmente cara à tendência teórica que se tornaria conhecida como "naturalismo evolucionista", a partir das idéias de August Schleicher (1821-1868). Iremos destacar aqui

dois pontos importantes das propostas de Schleicher: a concepção da língua como organismo natural, e a concepção da evolução natural das línguas, ambos intrinsecamente ligados à questão da tipologia centrada na morfologia de flexão. Esses dois pontos fundamentais do naturalismo terminaram se tornando lugares-comuns das críticas e recapitulações sobre a linguística oitocentista, de tal modo que vale a pena revisitá-los com olhar renovado.

A começar pela idéia da "*língua como organismo*", notemos que famosa frase de Schleicher, "*Languages are organisms of nature*", aparece em um ensaio de 1863, no seguinte contexto:

> Languages are organisms of nature; they have never been directed by the will of man; they rose, and developed themselves according to definite laws; they grew old, and died out. They, too, are subject to that series of phenomena which we embrace under the name of 'life'. (SCHLEICHER, 1863, p. 20-21).

Neste trabalho de 1863, intitulado "*The Darwinian Theory and the Science of Language*", Schleicher propõe um diálogo com os desenvolvimentos contemporâneos das ciências naturais sobre a teoria da evolução, buscando mostrar os pontos em comum entre a linguagem e as outras formas da natureza sujeitas à ação do tempo e do desenvolvimento evolutivo. Este artigo tem sofrido as interpretações mais diversas ao longo dos últimos cento e quarenta anos – sendo a mais comum delas, a versão vulgarizada do pensamento schleicheriano como "darwinista", como se Schleicher tivesse construído sua teoria da língua inspirado pela teoria da evolução de C. Darwin. Entretanto, como observa Maher (1983), a história é outra: as teorias linguísticas de Schleicher estavam já encaminhadas na época do surgimento da "*Origem das Espécies*" de Darwin (1859) – a teoria sobre a morfologia de flexão, por exemplo, aparece em "*Zur der Morphologie der Spache*", editada em 1959, mesmo ano da publicação da "*Origem*" de Darwin. O ensaio de 1863 representa, justamente, uma tentativa de encontrar pontos de contato entre teorias contemporâneas. Importa então salientar que Schleicher,

no ensaio sobre Darwin, procura apresentar sua teoria sobre a língua de forma a serem compreendidos pela ciência natural da sua época.

É nesse contexto que surgem as comparações das estruturas das línguas com as estruturas dos organismos biológicos – e nelas, podemos compreender a teoria schleicheriana sobre a morfologia de flexão. A questão da flexão aparece, no ensaio de 1863, como argumento central da evolução das línguas: Schleicher defende que ao examinarmos o conjunto das línguas humanas, notaremos que elas apresentam trajetórias comuns de evolução, trajetórias que caminham de formas primitivas a formas evoluídas. O índice do estado de desenvolvimento das formas linguísticas é, justamente, a propriedade da flexão morfológica. A teoria pode ser aplicada na diacronia e na sincronia – ou seja, trata-se de uma teoria de mudança, mas também (e acima de tudo) trata-se de uma **teoria da linguagem**, na qual a trajetória da mudança é fundamento das categorizações e taxonomias. Vamos ver isso de perto: para Scheicher, os elementos "simples"/ "primitivos"/ "originais" das estruturas linguísticas são os radicais puros, formas não-estruturadas que exprimem idéias ou referências, mas não exprimem relações gramaticais. Exemplo disso seria uma forma do proto indo-europeu como **dha* (que resultará no radical germânico *ta-*, de "*thue*", ou "*do*" – 'fazer'), que encerra, em estado de dormência, as possibilidades de expressar as diferentes relações gramaticais:

> In that oldest form **dha*, slumbered the different grammatical relations, verbal and nominal, with their modifications, unsevered as yet and undeveloped (SCHLEICHER, 1863, p. 52-53).

Notemos, então: o estado primitivo da linguagem caracteriza-se pela presença de radicais não-estruturados, não "recortados", não especializados, usados em combinações simples para expressar as relações gramaticais. A "evolução" da linguagem teria consistido, justamente, no desenvolvimento desses radicais em formas mais complexas, capazes de exprimir, além do sentido da raiz, as próprias relações gramaticais.

Ou seja: **a evolução da linguagem consiste no desenvolvimento da morfologia de flexão**. Temos que entender isso de modo literal: para Schleicher, as formas linguísticas desenvolvem-**se**, as formas linguísticas **sofrem** evolução – as formas linguísticas são estruturas comparáveis a organismos biológicos como a célula:

> You, and your fellow naturalists, will best understand my argument, when I characterize that radical element as the **cells** of speech, not yet containing any particular organs for the functions of noun, verbs, etc, and in which these functions (the grammatical relations), are no more separated yet than respiration and digestion are in the one-celled organisms, or in the ovary of the higher living beings (SCHLEICHER, 1863, p. 53).

Um radical não-flexionado, assim, é comparável a uma célula que ainda não desenvolveu estruturas especializadas. Portanto: do mesmo modo como as diferentes funções celulares (digestão, respiração) estão "*latentes*" nos organismos celulares menos desenvolvidos, as diferentes funções linguísticas (relações gramaticais) estão "*latentes*" nas formas linguísticas menos desenvolvidas. Assim, a **especialização das formas** para cada uma das funções gramaticais será índice de sua evolução, de modo análogo à especialização das estruturas celulares nos organismos biológicos. Esta é a analogia central proposta no ensaio de 1863 por Schleicher como tentativa de diálogo com as ciências naturais em geral (e a teoria de Darwin em particular). Notemos um ponto importante da analogia, quando Schleicher remete aos organismos unicelulares (i.e., organismos inferiores na escala da evolução) e ao "*ovário dos seres vivos superiores*": a analogia com a célula no ovário mostra que esta teoria deve servir tanto para a descrição da evolução das línguas no tempo, como para a descrição sincrônica. Ou seja: o radical é a forma primitiva de expressão das línguas não-evoluídas (como veremos), mas também a unidade mais simples a ser descrita nas línguas evoluídas. Retomando a analogia de Schleicher, temos o seguinte quadro. A linguagem humana emerge como um conjunto de formas primitivas sem estrutura interna distinta, i.e., sem morfologia funcionalmente especializada (raízes):

> In a word, the point from which all languages had their issue were significant sounds, simple sound-symbols of perception, conceptions, and ideas, which might assume the functions of any grammatical form, although such functions were not denoted by any particular expression, although they were not organized, as we might say. In this remote stage of the life of speech, there is consequently no distinction in word or sound between verbs and nouns; there is neither declension nor conjugation (SCHLEICHER, 1863, p. 50).

Desse estado primitivo, a linguagem pode evoluir para estágios superiores, nos quais as diferentes funções gramaticais passarão a ser expressas por estruturas distintas, i.e., por morfologia funcionalmente especializada. Em um primeiro estágio, as estruturas especializadas aparecerão como “afixos” às raízes (como por exemplo, no inglês, {**love** / **lov-ed**}); num estágio superior, pela “**flexão**” da raiz (como no inglês, {**do** / **did**}). A flexão, assim, é o desenvolvimento superior do afixo. Podemos exprimir esta idéia com o seguinte diagrama, que repete a taxonomia de Schleicher (**[A]** = raiz; **[A’]** = afixo; **[A$^{a}$]** = raiz flexionada):

(6) [**A**] > [**A’**] > [**A**$^{a}$]

Até este ponto, procurei expor a teoria da linguagem de Schleicher em uma chave mais teórica e geral, sem remeter a suas análises de línguas particulares – com o propósito inicial de compreendermos a importância da morfologia de flexão nesta proposta. O importante até aqui foi entendermos que a proposta de Schleicher é antes de tudo uma generalização, é o desenho de um modelo teórico que explicaria o funcionamento da linguagem – numa chave condizente com seu tempo, ou seja, um modelo que explica a especialização de formas como índice da evolução no tempo (de resto, colocando a teoria de Schleicher de fato numa posição muito sintonizada com a teoria de Darwin). A generalização, portanto, deve ter um poder explicativo amplo, como quer o autor:

> We assume therefore that all languages had the same original form. When man had found his way from gesticulatin and imitation of sound, to sounds expressive of meaning, these were mere forms of sound without any grammatical relation (SCHLEICHER, 1863, p. 54).

Interessa agora passarmos para os trechos em que o autor procura aplicar essa generalização para as línguas particulares – pois neles veremos conformar-se o desenho de uma **hierarquia** entre as línguas do mundo, que será ponto de partida para o trabalho seguinte de Schleicher a ser examinado aqui. Antes de tudo, observemos que a hierarquia que se pode depreender do esquema geral de Schleicher é evidente: quanto mais "*flexional*" for uma língua, mais alta sua posição na escala evolutiva. É justamente o que ele afirma ainda no ensaio de 63:

> All the languages of **a higher organization** – as for instance the Indo-Germanic parent which we are able to examine – show by their construction, in a striking manner, that they have arisen from simpler forms, through a process of gradual development. The construction of all languages points to this, that the eldest forms were in reality alike or similar; and those less complex forms are preserved in some idioms of the **simplest kind**, as, for example, Chinese (SCHLEICHER, 1863, p. 50).

A proposta de uma hierarquia entre as línguas orientada pelo grau de evolução na escala natural que vai de **[A]** a **[A$^a$]** (**raiz > flexão**) decorre portanto com muita facilidade da teoria proposta por Schleicher em 1863. Essa hierarquia é sugerida explicitamente pelo autor, neste trabalho, com o exemplo da família indo-germânica no topo da escala evolutiva, e do chinês na sua base (fato interessante, a ser discutido mais à frente). Notemos: a característica estrutural que permite o encaixamento de cada língua nesta escala é a morfologia de flexão – assim, as línguas indo-germânicas são superiores por apresentarem morfologia de flexão; o chinês é inferior por não apresentar morfologia de flexão.

Essa idéia incipiente do ensaio de 1863 irá se desenvolver com plena força no trabalho publicado em 1865, "*On the Significance of Language to the Natural History of Man*". Aqui, Schleicher dará um passo além na sua tipologia: ele vai propor que **a escala de desenvolvimento das línguas equivale a uma escala de desenvolvimento dos seus falantes**. Antes mesmo de entrarmos nos particulares do texto, já podemos prever a lógica decorrente da proposta do ensaio de 1863 neste sentido: os falantes das línguas com morfologia de flexão plenamente desenvolvidas estão em um estágio superior de desenvolvimento em relação aos falantes das línguas que não apresentam morfologia de flexão. É exatamente isso que Schleicher vai propor no trabalho de 1865. Para entendermos esta proposta, temos que contextualizar brevemente este trabalho: seu objetivo é contribuir para a compreensão da trajetória da evolução do ser humano por meio da tipologia linguística. Notemos como Schleicher introduz a idéia:

> One can classify animals according to their morphological structure. For humans, however, outer appearances now seem to me to be a matter relatively insignificant and passé. To classify humanity we need, so it seems to me, finer, higher criteria, exclusively proper to man. This we find in language.
> But language is of significance not only for the elaboration of a scientific systematization of humanity, but also for the evolutionary history of man. In previous work I reached the conclusion that language above all characterizes man as human and that accordingly the various stages of language are to be considered as the perceptible, characteristic traits of various grades of man. (SCHLEICHER, 1863, p. 79).

O estágio do desenvolvimento de determinada língua, portanto, seria um indicativo do estágio de desenvolvimento dos diferentes grupos humanos. Dois pontos importantes sustentam esta tese: o primeiro é a relação direta que o autor estabelece entre a atividade cerebral e a atividade linguística: sendo a língua um sintoma das relações materiais entre o cérebro e os órgãos da fala, o desenvolvimento da língua é um sintoma do desenvolvimento das estruturas cerebrais e dos órgãos da fala:

> Language is the audible symptom of the activity of a complex of material relations in the structure of the brain and speech organs, with nerves, bones, muscles, etc. … It is possible that language differences are the result of minimal differences in the charachter of the brain and the speech organs (SCHLEICHER, 1863, p. 76).
> Development of language however means the same for me as development of the brain and speech organs. (SCHLEICHER, 1863, p. 80).

O segundo ponto que sustenta esta tese, e que aqui nos interessa particularmente enfatizar, é aquele a que já fizemos referência: o grau de desenvolvimento das línguas é objetivamente mensurável pelo critério do **grau de especialização morfológica das funções gramaticais**. Assim, no ensaio de 1865 Schleicher repete e aprofunda algumas das idéias sugeridas em 1863:

> The languages that to date have been dissected into their ultimate elements and those that have remained on the simplest stage of evolution show that the oldest for of language was everywhere the same. The oldest material of language was sounds designating objects and concepts. There was as yet no expression of relations, nor differentiation of word classes, nor declension, nor conjugation. All such developments obviously developed later. In this regard indeed some languages have never evolved to this level at all, and others have not reached this stage to an equal degree. To name just one example, Chinese to this day has no phonic differentiation of word classes. True verbs, in opposition to nouns, I have found in the languages known to me only in Indo-European languages. Morphologicaly, but only morphologicaly, according to my studies, all languages are in origin essentially the same. But these first beginnings must have differed in their phonetic shape, as well as in the concepts and objects reflected in sound, not to speak of their evolutionary capacity (SCHLEICHER, 1863, p. 80).

A partir dessas considerações, Schleicher irá propor uma escala de três grandes períodos de desenvolvimento evolutivo da "raça humana":

> Thus it may be permitted to divide the life of the human race to date in three great periods of development. Naturally, the transition from one to the next is gradual and not everywhere contemporary. These periods are:
> (1) The period of evolution of the physical organism according to its essential features, probably a period incomparably longer than the following and treated by us here as an interval only for the sake of brevity;
> (2) The period of the evolution of language;
> (3) The period of historical life, in the beginning of which we still stand, and into which some peoples of the earth seem not yet to have entered (SCHLEICHER, 1863, p. 82).

Podemos resumir a proposta de Schleicher numa figura como a seguinte:
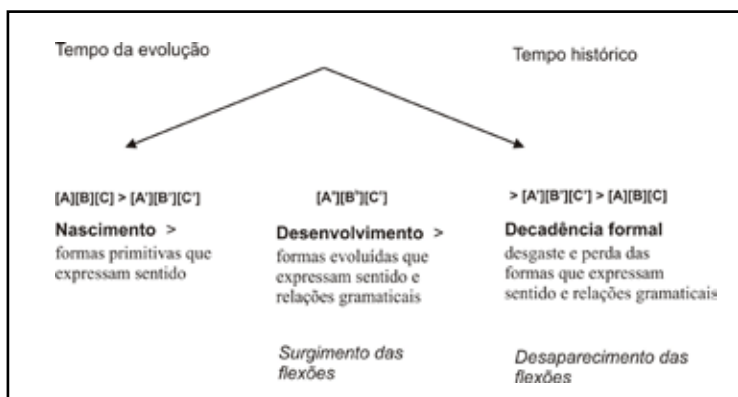
**Figura 1:** Etapas do Desenvolvimento Formal das Línguas (SCHLEICHER, 1865)

Notemos agora dois pontos fundamentais nesta proposta. O primeiro é que ela permite uma **hierarquização em dois sentidos opostos**, i.e, ela expressa a superioridade das línguas "*de organização estrutural superior*" em relação a dois tipos de línguas inferiores: as línguas que **ainda** não evoluíram ("*primitivas*") e as línguas que **já passaram** do estágio de evolução ("*decadentes*") – como a curva desenhada no diagrama acima tenta exprimir. Notemos, ainda, que essa hierarquia irá se aplicar

às línguas e a seus falantes: assim, da tese da correspondência entre o estágio evolutivo de cada língua e o estágio evolutivo de seus falantes decorre, logicamente, que os povos falantes de "*línguas decadentes*" são "*povos decadentes*". Entre os exemplos mais repetidos deste grupo estão os povos falantes das línguas românicas modernas, "*decadentes*" em relação ao latim, pois que perderam a expressão puramente flexional das relações gramaticais. Decorre também, da mesma tese, que os povos falantes de "*línguas primitivas*" são "*povos primitivos*". Como exemplo, Schleicher menciona as "*tribos indígenas da América do Norte*", um povo "*inadequado*" ("*unfitted*") para a vida histórica:

> As we can now percieve, certain peoples, such as the North America Indian tribes, are unfitted for historic life because of their endlessly complicated languages, bristling with overabundant forms; they can only undergo retrogression, even extinction. Accordingly, it is most probable that not all organisms that found themselves on the path to becoming human have attained to the evolution of language. One part of these creatures was left behind in evolution and never entered our second period, but succumbed to retrogression and as all such stunted beings, to gradual extinction. The rest of these stunted creatures remaining without language, and never achieving the human state, we see in the anthropoid apes (SCHLEICHER, 1865, p. 82).

Uma dificuldade central para a análise atual das teorias de Schleicher é a abundância de noções aviltantes como a que se desenha na citação acima (que, notemos bem, aproxima os "*povos primitivos*" falantes de "*línguas primitivas*" dos macacos antropóides), e que tornam a leitura de seus textos, em diversos pontos, francamente insuportável. Aqui vou procurar suplantar essa dificuldade pinçando, do texto de Schleicher, aqueles dois aspectos que afirmei serem importantes para a compreensão da abordagem do problema da morfologia flexional no português do Brasil, para em seguida abandoná-lo sem maiores comentários.

O primeiro aspecto já foi delineado logo acima: a hierarquia de Schleicher funciona em dois sentidos: há línguas inferiores **por serem**

**ainda primitivas**, e há línguas inferiores **por serem já decadentes**. O segundo ponto, que trataremos mais adiante, é o lugar relegado pelo naturalismo schleicheriano à atuação da história (das sociedades, das culturas) sobre a evolução *natural* das línguas. A consideração desses dois pontos nos possibilitará uma leitura interessante das obras de Chaves de Melo e Silva Neto, como sugiro na subseção a seguir.

### 3.2 Ecos do naturalismo evolucionista na reflexão sobre a língua no Brasil

O naturalismo de Schleicher vai ceder lugar, ao longo das últimas décadas do século XIX, a uma nova tendência hegemônica no pensamento sobre as línguas – o positivismo abstrato dos neogramáticos. Entre as muitas diferenças entre a corrente naturalista e as propostas dos neogramáticos, destacaremos aqui a que centralmente toca o problema da "*erosão*" da morfologia: as teorias de linguagem hegemônicas ao final do século XIX – das quais considerarei Paul (1886) como representante emblemático – abandonam a visão organicista da língua, e a substituem por uma visão fundamentalmente abstrata. Paul (1886) desenha uma teoria para a qual não há mais uma ontologia "**Língua**": a linguagem é um conjunto abstrato de sons e imagens acústicas produzidas na mente humana, e sem qualquer substância para além dessa natureza abstrata. Podemos considerar este como um corte profundo a separar a teoria de Paul das teorias anteriores, em especial a de Schleicher, para quem "*a língua*", "*as estruturas da língua*", são entidades organicamente organizadas sujeitas às leis da evolução. Se acrescentarmos a isso o estabelecimento do estruturalismo saussuriano ao longo das primeiras décadas dos 1900, a noção da "*língua-organismo*" e a teoria da evolução linguística de Schleicher parecerão inteiramente fora de lugar em meados do século XX.

Entretanto, os ecos do pensamento naturalista são ainda perceptíveis na reflexão sobre a formação linguística do Brasil produzida nesta época, embora isto não se dê sob forma de uma filiação explicitamente discutida. Aliás: embora, em alguns casos, se

dê sob forma de rejeição teórica explicitamente discutida – como, por exemplo, em Silva Neto.

De fato, a qualquer leitor atento de "*Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*", a noção da influência de Schleicher sobre o pensamento de Silva Neto parecerá absurda, visto que o livro começa com uma crítica expressa ao naturalismo evolucionista. Lembremos o trecho inicial da obra:

> Há mais de cem anos que se levantou, nos espíritos d'aquém e d'além mar, o espinhoso problema da língua do Brasil. Dizemo-lo espinhoso, porque raras vezes pode ser discutido com serenidade e com argumentos realmente científicos. Sobre ele desabaram, sempre, todas as incompreensões e todos os ódios. Fez-se, à sua volta, uma confusão imensa, onde só um ou outro mais lúcido lograva divisar os fatos.
> Ainda por cima, o "raso materialismo" que no penúltimo quartel do século dezenove obumbrava os espíritos contribuiu para dificultar a questão. Era o tempo em que Schleicher (e, com ele, os divulgadores: Max Muller e Hovelacque) afirmavam confiadamente: "As línguas são organismos naturais, independentes da vontade do homem, que nascem, crescem, evoluem, e depois envelhecem e morrem de acordo com leis determinadas; são-lhes próprios uma série de fenômenos aos quais nos acostumamos a chamar vida.
> Não admira, pois, que o próprio Alencar, no fundo, apegado à tradição portuguesa, acreditasse que "A revolução é irresistível e fatal, como a que transformava... o romano em francês, italiano, etc.; há de ser larga e profunda, como a intensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos (1870, na segunda edição de Iracema).
> Mas a verdade é que a língua, longe de ser um organismo, é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, independente da vontade do homem, porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega.
> Não está obrigada a prosseguir na sua trajetória, de acordo com leis determinadas, porque as línguas seguem o destino dos que a falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam.

> E, assim, depois da brilhante reação de um Schuchardt, um Bréal, um Meillet, invertem-se os papéis, e pode-se afirmar, agora, que a vontade do homem influi no destino das línguas que falam (SILVA NETO, 1950, p. 18-19.) (*Grifos do autor*).

Parece-me que, em sua crítica, Silva Neto rejeita parte do pensamento de Schleicher, corrigindo-o, alterando-o, mas incorporando alguns de seus aspectos mais centrais. O ponto rejeitado por Silva Neto, explicitado inclusive pelos grifos do autor, remetem ao problema da relação dos falantes com a língua – o problema da inexorabilidade das mudanças: a língua, para Silva Neto, não é **independente da vontade humana**, "*Não está obrigada a prosseguir na sua trajetória, de acordo com leis determinadas, porque as línguas seguem o destino dos que a falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam.*" Assim, a crítica central de Silva Neto contra o naturalismo evolucionista, contra o "*raso materialismo*" de Schleicher e seus seguidores, remete ao pouco espaço deixado, nestas teorias, para a relação entre língua e sociedade. Esta crítica não me parece colocar Silva Neto num ponto oposto do espectro teórico em relação ao evolucionismo, mas sim num ponto oposto na mesma linha conceitual da língua-ontologia: Silva Neto alegra-se que agora, "*invertem-se os papéis*" podendo-se afirmar que "*a vontade do homem influi no destino das línguas que falam.*" Noutras palavras: ainda há *destino*, ainda há *línguas em evolução*, mas as sociedades podem moldar essa evolução. Em seguida veremos como essa ênfase de Silva Neto na ação da sociedade sobre a língua é central para compreendermos sua postura diante do "*destino*" da língua portuguesa no Brasil.

Notemos então que a repercussão do naturalismo evolucionista é a um tempo **sutil** e **violenta**: sutil, por difícil de identificar isoladamente; violenta, porque permeia de forma tão profunda a visão de língua, ao ponto de atingir até os discursos da sua crítica. Aqui irei considerar que o pensamento naturalista ecoa na abordagem das estruturas linguísticas como entidades ontológicas, substantivas, para além da abstração; e que essa abordagem pode ser apreciada na própria lógica de referências das análises, pelo uso de termos como: "*a língua transformou-***se**"; "*as estruturas*

*evoluíram*"... E esses ecos do naturalismo evolucionista são especialmente perceptíveis no discurso sobre a perda da morfologia de flexão (e, como veremos em seguida, na obsessão por evitá-la), em dois aspectos principais: na própria concepção substantiva da morfologia de flexão, e na concepção da mudança nessa morfologia como "perda".

No que remete a Silva Neto, neste artigo não poderemos analisar em profundidade as propostas do autor sobre a mudança linguística em geral, tendo em vista a complexidade e a riqueza da discussão por ele proposta neste particular. Mas destacaremos um ponto específico dessa discussão sobre mudança no que remete às alterações no paradigma de flexão: a questão da "*aceleração*" das tendências evolutivas do português por conta da ação do contato linguístico. Essa idéia é sugerida em diversos pontos por Silva Neto (1950), entre os quais destacamos o seguinte:

> Como se sabe desde há muito, **há uma deriva indo-européia que caminhava no sentido da simplificação das flexões**. Apenas, no caso do aloglota, a simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que realiza de chofre o que só se daria no curso de várias gerações (SILVA NETO,1950, p. 115). (*Grifo meu*).

Chaves de Melo tem consideração semelhante, quando afirma:

> Como dito ficou, a simplificação das flexões nominais e verbais constitui o elemento mais original e característico da nossa fala popular, e foi determinado, quanto a mim, pela influência conjugada afro-tupi.
> No entanto, poder-se-á objetar que a redução de flexões é uma tendência indo-européia, verificada ao longo de toda a história da família, tendo chegado a resultados quase totais no francês e sobretudo no inglês modernos, e que, portanto, a existência do fenômeno no Brasil se deverá antes à força daquela tendência que ao influxo dos aloglotas.
> Não me parece forte a objeção. **Não há negar a tendência indo-européia, mas estou que a simplificação observada no Brasil não se deve a ela filiar. Porque é bem de ver que tal simplificação representa um desvio e não uma evolução, por assim dizer, orgânica**.

> Sim, foi um fenômeno quase repentino e de extensão e intensidade maiores no passado que no presente. E tanto deve ser considerado um desvio, que, ao lado da língua popular simplificada, existe uma língua padrão amplamente flexionada, língua padrão esta que continua a representar o ideal linguístico da comunidade. Assim, é muito diversa a atitude e a situação de um matuto brasileiro da de um francês ou da de um inglês (MELO, 1946, p. 102). (*Grifo meu*).

Notemos então este ponto importante: Melo e Silva Neto participam da imensa corrente de autores que reconhecem, na evolução do indo-europeu em geral (e podemos salientar, na evolução do ramo românico em particular) uma mudança gradual no sentido da "*simplificação*" ("*redução*", "*erosão*", "*perda*") da morfologia de flexão. Falar em "*imensa corrente*", aqui, não é exagerado, se considerarmos que essa tendência inclui quase que a totalidade dos autores que se dedicaram ao estudo do indo-europeu no século XIX desde Bopp (1816), tendo prosseguido firme e forte ao longo do século XX. Aqui não queremos discutir ou negar a evidência empírica que serve de base para todas essas teorias – a evidência de que as variantes modernas da grande "família indo-européia" apresentam um sistema flexional menos especializado que as variantes antigas, documentadas ou reconstruídas. O que precisamos discutir é a abordagem desse contraste diacrônico como "deriva", "evolução gradual", "tendência"; e a consequente referência à alteração nos paradigmas de flexão como "erosão", "redução" e "perda". Essa abordagem e essa referência afirmaram-se como idéias acabadas e indiscutíveis, como "fatos naturais", de modo suficientemente poderoso a ponto de deixarem de ser vistas como conceitos teóricos. Entretanto, como já discuti mais acima ao falar sobre o paradigma do português brasileiro, não podemos perder de vista o fato de que a relação diacrônica entre as formas flexionadas antigas e as formas não-flexionadas modernas – {**amaram** > **ama**} – é simplesmente uma proposta de análise, e não um fato da natureza.

Voltando a Silva Neto: esta *evolução* ({**amaram** > **ama**}) aparece então como um fato dado, explicável pela "*deriva indo-européia*"; o que torna o caso do português do Brasil específico é a aceleração dessa deriva pela ação do contato linguístico: "*essa simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que realiza de chofre o que só se daria no curso de várias gerações*" – mas notemos: "*se daria no curso de várias gerações*", i.e., trata-se de uma tendência, uma evolução inexorável. Vejo aí poucas diferenças em relação aos termos evolucionistas de Schleicher, pois considero que a noção da *aceleração da deriva* não é necessariamente um corpo estranho na teoria da evolução gradual do naturalismo schelicheriano, embora isso não seja um assunto muito discutido na historiografia. Com efeito, a teoria naturalista de Schleicher não deixa a língua inteiramente "à prova" de interferências históricas. Ao contrário: a teoria de Schleicher sobre a evolução das línguas, me parece, oferece uma abertura insuspeita para a questão da atuação da cultura humana sobre a língua. Isso parecerá bastante paradoxal, uma vez que a independência da evolução em relação à cultura é epítome do pensamento naturalista, como aliás é destacado por Silva Neto ao citar a frase-emblema do naturalismo: "*Languages are organisms of nature; they have never been subjected to the wills of man*".

Há, entretanto, uma contradição no pensamento de Schleicher neste ponto, em especial nos pontos (abundantes e recorrentes, em 1863 e 1865) em que ele cita o chinês como um exemplo de "*língua primitiva*". É curioso notar que o chinês representa uma "pedra no sapato" da teoria de Schleicher – ora, mesmo no mais preconceituoso e glotocêntrico dos discursos racistas, torna-se difícil defender que os chineses "*ainda não entraram na vida histórica*", o que seria, pela teoria, a justificativa esperada para a evidência da falta de morfologia de flexão na língua. Assim, coloca-se o paradoxo: se a ausência da morfologia de flexão é o índice máximo do "*primitivismo*" de uma língua; e se o "*primitivismo*" da língua é índice do "*primitivismo*" de um povo, então como se explica a ausência (notemos: ausência histórica, "*nunca-presença*") de morfologia de flexão numa língua como o chinês, que vem sendo escrita em prosa e verso há mais de cinco mil anos?

A saída de Schleicher para esse paradoxo é magistral. Ele vai afirmar que o problema dos chineses é que eles "*entraram na vida histórica*" **cedo demais** ... e por isso, a língua **não teve tempo** de desenvolver-se na complexidade que seria esperada de toda língua de cultura. Notemos, então: o desenvolvimento cultural da China (medido pelo advento de sua escrita, da poesia, da filosofia...) **teria surpreendido a evolução normal da língua**, e **congelado** esta língua em um estado primitivo. Neste ponto, portanto, o naturalismo evolucionista abre uma brecha para a relação entre as culturas humanas e a evolução desses organismos naturais, as línguas: o percurso natural de desenvolvimento, decadência e morte das línguas pode ser **alterado**, **perturbado**, **interrompido**, **estancado**, pela atuação das sociedades. O exemplo do chinês seria um caso infeliz, onde o florescimento precoce de uma cultura de escrita teria, por assim dizer, **tolhido** a possibilidade de o idioma chegar ao ponto mais alto do desenvolvimento natural.

Parece-me que outro caso de infeliz interferência da história na evolução natural poderia ser o das línguas indo-européias em contato com línguas "primitivas": o contato teria acelerado o processo natural de sua decadência – ou seja, voltando a Silva Neto (1950, p. 115): "*Como se sabe desde há muito,* **há uma deriva indo-européia que caminhava no sentido da simplificação das flexões**. *Apenas, no caso do aloglota, a simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que realiza de chofre o que só se daria no curso de várias gerações*". Notemos, aí, como isso reflete a noção de que o sinal mais evidente do estatuto **inferior** de uma língua, na lógica schleicheriana, é a ausência da morfologia de flexão, ao mesmo tempo índice do **primitivo**, e índice do **decadente**.

É verdade que tanto o caso do chinês (ou seja, o estancamento ou tolhimento da evolução natural pelo advento precoce da cultura de escrita) como o caso do indo-europeu em contato com as "línguas primitivas" representam ocasiões nas quais o desenvolvimento histórico teria interferido acidental e desgraçadamente na evolução natural das línguas. Entretanto, na mesma lógica, a atuação da história (da sociedade, da cultura) pode ser mais promissora: ela pode vir no

sentido de impedir a progressão de determinada língua pelo percurso natural que leva à decadência e à morte. Parece-me que as propostas de Gladstone Chaves de Melo e de Serafim da Silva Neto sobre a atuação da sociedade brasileira sobre o destino da língua portuguesa no Brasil refletem, a um tempo, essa abordagem da tendência natural na direção da decadência, e da possibilidade de **salvação** por meio da interferência pela atuação da cultura e da educação. O estancamento do desgaste da morfologia de flexão será um dos pontos centrais em que os esforços de conservação da língua em seu estágio mais "*elevado*" deverão se concentrar.

Em seguida vamos ver como essa postura aparece nos textos dos dois autores. Para isso, entretanto, precisaremos voltar a um aspecto central da reflexão de Chaves de Melo e de Silva Neto, que já destacamos na primeira seção: a questão da divisão dialetal do português do Brasil em termos de dialetos sociais. Chegamos assim ao último ponto do artigo, que relaciona as noções de **decadência da língua** e **decadência da sociedade** – e, consequentemente, as noções de **recuperação da língua** e **recuperação da sociedade**.

### 3.3 Em busca do "reaparecimento das flexões perdidas"

Como já vimos mais acima, na tese geral da historiografia tradicional, aqui representada por Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto, é a "*fala popular*" brasileira, com sua morfologia "*erodida*", a versão da língua que apresentaria os efeitos da situação de contato sobre o português da época colonial – ou, nas palavras de Chaves de Melo que já citamos na seção 1, que apresentaria os "*abalos*" e "*deturpações*". Notemos que tanto para Chaves de Melo como para Silva Neto, o contato não aparece propriamente como um processo de influência – por exemplo, de transmissão de estruturas ou características gramaticais por empréstimo – mas sim, centralmente, como um processo de impacto sobre a língua portuguesa (impacto, como vimos, sempre referido no sentido da **perda**). Assim é que para Silva Neto, por exemplo,

> No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é **cicatrizes** da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios (SILVA NETO, 1950, p. 96).

Assim, a participação dos dois principais grupos de "*aloglotas*" na formação do português do Brasil (o indígena e o africano) é colocada em termos que remetem a uma transformação negativa da língua portuguesa: o que esses grupos teriam trazido à língua são "*cicatrizes*", "*deturpações*", "*abalos*", "*corrupções*" (enquanto do português falado pelos europeus, temos "*heranças*"). Essas "*cicatrizes*" seriam visíveis no linguajar "*popular*" brasileiro, que para Silva Neto, é uma das variantes da "*linguagem corrente*", ("*o simples meio de comunicação da gente humilde, na maioria analfabeta*"): "É por excelência uma linguagem transmitida, isto é aprendida de outiva, inconscientemente" (SILVA NETO, 1950, p. 2). (*Grifo do autor*).

A linguagem corrente, "transmitida" deve ser ainda separada em dois casos: linguagem familiar (que é a linguagem corrente das classes cultas) e linguagem vulgar (a linguagem corrente das classes rudes). O linguajar popular, portanto, é um subtipo da linguagem corrente: é aprendido de "outiva", é inconsciente, não cultivado pela escola. Nessa versão da língua é que podemos observar a presença das "cicatrizes" deixadas pelo "tosco aprendizado" do português pelos africanos e pelos indígenas. Esse estado lamentável de coisas, entretanto, tenderia a melhorar pela própria melhoria das condições sociais dos falantes:

> Se negros e índios falavam, nos primeiros tempos da colônia, um português deturpado, simplificado ao máximo em suas formas, era em virtude da condição social ínfima e de mínima cultura. Pouco a pouco, no contato com os brancos e **ao sopro das luzes** das escolas, negros, índios e mestiços de toda a espécie foram **aperfeiçoando** a sua linguagem (SILVA NETO, 1950, p. 91). (*Grifos meus*).

Idéia semelhante tem Chaves de Melo quando afirma:

> O mesmo se deve dizer de outro elemento perturbador e praticamente concomitante: o negro africano. Também ele entrou a falar mal o português, desfigurando-o com a marca dos seus anteriores hábitos linguísticos. [...] Mas depois, também neste caso, apareceram os elementos unificadores: as ondas linguísticas oriundas da metrópole, **o meio mais culto**, **as escolas**, **a língua escrita** e **o contacto com pessoas instruídas** (MELO, 1946, p. 18). (*Grifo meu*).

Observemos então o raciocínio geral em Melo e Silva Neto: a língua portuguesa teria sofrido, pela ação do ameríndio e pela ação do africano, um processo de transformação estrutural indesejável; este processo pode ser revertido pela ação transformadora de elementos como: o "*contato com os brancos*"; "*o sopro das luzes das escolas*" (NETO, 1950); "*as ondas linguísticas oriundas da metrópole*", "*o meio mais culto, as escolas, a língua escrita e o contacto com pessoas instruídas*" – num só termo: o "*bafejo civilizador*" (MELO, 1946). Esses elementos representam, a meu ver, os instrumentos da "*influência da vontade do homem no destino das línguas*" proclamada por Silva Neto, que já comentamos acima. Eles poderão corrigir a aceleração da mudança gradual provocada pelo abalo do contato com as populações primitivas. Nas palavras de Chaves de Melo:

> Porque a redução de flexões na fala popular brasileira representa um desvio e não o termo de uma evolução, ela pode ser corrigida. E é na verdade o que acontece. À medida que se eleva na escala social ou que recebe instrução, vai o negro, o mulato, o matuto ou o urbano atrasado falando melhor, flexionando os nomes e os verbos.
> Logo, à medida que se for disseminando, pelo nosso hinterland, a alfabetização, a instrução, as escolas, é de esperar que **vão reaparecendo as flexões perdidas**. Haverá um reajustamento linguístico, não por baixo, mas por cima (MELO, 1946, p. 103). (*Grifo meu*).

Vamos lembrar porque Melo considera a redução de flexões "*um desvio e não o termo de uma evolução*": porque, como Silva Neto, ele avalia que a ação do ameríndio e do africano provocaram a aceleração da deriva geral indo-européia no caso brasileiro. Para ambos, portanto,

o destino natural, lento e inexorável, na direção da decadência formal (representada na perda da morfologia de flexão) teria sido precipitado pelo acontecimento histórico do uso da língua portuguesa por populações "*primitivas*" que a aprenderam de "*emergência*", de modo "*tosco*". Essa precipitação da deriva pode ser evitada – é já evitada, segundo Melo, pela disseminação da instrução, que fará operar um "*reajustamento linguístico*" que opere "*de cima para baixo*", resultando – nada menos! – no **reaparecimento das flexões**.

Com perdão pelo trocadilho, poderíamos dizer que, em grande medida, foi "*em busca do reaparecimento das flexões perdidas*" que a saga normativista conservadora brasileira se configurou ao longo da primeira metade do século XX. À extensa e rica literatura recente sobre o assunto (cf., entre outros, LEITE, 1999; PAGOTTO, 1998) aqui não temos muito que acrescentar; interessava-nos, apenas, destacar dois pontos. O primeiro ponto foi a centralidade do problema da morfologia de flexão: parece-me que a verdadeira obsessão por este aspecto da língua "*popular*" brasileira recebe uma leitura interessante quando lembramos que a "riqueza flexional" é o índice máximo da evolução das línguas (e da "*raça humana*") para o naturalismo oitocentista.

O segundo ponto é a questão da "*influência da sociedade sobre o destino das línguas*", tão cara a Silva Neto quanto a Chaves de Melo. Esta influência, instrumentada como ação das "*esferas cultas da sociedade*", toma ares de redenção salvadora do estado "*ínfimo*" de evolução dos falantes das variedades "*populares*" do português (e, portanto, da própria identidade nacional brasileira). Assim, Chaves de Melo e Silva Neto, embora se coloquem explicitamente numa posição de contraponto à abordagem naturalista da mudança como propriedade inexorável das línguas, terminam compartilhando com esta abordagem a noção de que as línguas irão "*evoluir*"-"*decair*" **a não ser que a sociedade faça algo para impedi-lo**. É posição explícita, nos dois autores, que a sociedade pode e deve fazer algo para impedi-lo, no caso brasileiro; nas palavras de Silva Neto (1950, p. 20), "*Depende de nós, portanto, o futuro da Língua Portuguesa no Brasil*".

## 4 Por conclusão

Este artigo sugeriu uma reflexão sobre a descrição de alguns traços gramaticais característicos do português brasileiro em duas obras fundadoras do pensamento sobre a formação linguística do Brasil à luz das teorias de August Schleicher sobre a evolução natural das línguas. Começamos por notar que a discussão em torno do "*empobrecimento da morfologia flexional*" tem levado em conta a separação dialetal entre o português "*culto*" e o português "*popular*"; e, depois de examinar brevemente as características do paradigma flexional do português "*popular*", propus que sua análise na reflexão gramatical do início do século XX expressa a incorporação do paradigma naturalista segundo o qual a "*perda*" da morfologia flexional é um dos fatos principais a revelar o destino de decadência formal e empobrecimento das línguas pelo efeito do tempo. Para Schleicher (1865), a ordem natural da vida e da morte das línguas compreende um momento primitivo de origem não-flexional, a partir do qual as línguas tendem a desenvolver e progredir no sentido de tornarem-se flexionais; chegam aí a seu apogeu, explorando ao máximo as "*riquezas*" da expressão gramatical via flexão morfológica; e deste ponto, tendem a decair, "*perdendo*" as estruturas de flexão. Vimos, também, que, para Schleicher, o "*primitivismo*" de uma língua é índice do "*primitivismo*" de seus falantes; e a "*decadência*" da língua, da "*decadência*" de seus falantes. Examinamos então, brevemente, as relações entre essa visão sobre o destino das línguas e o caso específico brasileiro; remeti, aí, a interpretação da "*perda*" da morfologia de flexão à identificação de um perigo de decadência da sociedade, relação que se explicita, sobretudo, na explicação dessa "*perda*" como fruto da ação de populações de origem "*primitiva*" sobre a língua portuguesa. Notamos, ainda, que essas transformações ou "*deformações*" da "*língua popular*", segundo os autores estudados, representam um fenômeno limitado que não repercute no corpo geral da língua portuguesa falada no Brasil.

Assim é que a tradição gramatical brasileira consegue ao mesmo tempo reconhecer o papel da interferência linguística sobre a formação

do português brasileiro e relegar a esse papel um estatuto coadjuvante: a língua culta teria se mantido imune aos "*abalos*" oriundos do contato. Nota-se, assim, que a tensão entre o vetor conservador e o vetor inovador na formação do Português do Brasil só pode ser compreendida levando-se em conta a profunda distância que separa as classes na formação da sociedade brasileira, e que remete à divisão histórica entre os grupos sociais originados da imigração européia e os grupos sociais originados da população indígena e do transplante forçado de população africana – conferindo peso simbólico importante à chamada "*Questão da Língua*" frente ao debate sobre a formação da identidade nacional brasileira, desde o século XIX.

Fundamentalmente, na discussão tradicional – aqui representada por Chaves de Melo (1946) e Silva Neto (1950) – há **um certo português do Brasil** que é fruto genético direto da língua clássica do século XVI, e **um outro português do Brasil** que é fruto do contato dessa língua com as populações "aloglotas". O primeiro é o português "*culto*" (fundamentalmente, um português "*branco*"), no qual as análises enxergam a base para defender o elemento conservador da língua brasileira. Na descrição desta variante, encontramos termos como "*riqueza*", "*complexidade*", "*sutileza*". Chamemos a esse eixo o eixo da **herança**: dos brancos colonizadores, herdamos a língua. O segundo, o "*outro*" português do Brasil, é o "*popular*" (fundamentalmente, um português "*negro*"), no qual as análises enxergam os efeitos de uma interferência negativa – que, como vimos, aparece como um impacto redutor, não agregador. Na descrição desta variante, encontramos termos como "*empobrecimento*", "*simplificação*", "*redução*". Chamemos a esse eixo o eixo da **perda**: dos índios e negros, não herdamos nada – restam-nos apenas "*cicatrizes*" e ausências (de estruturas, de consoantes, de flexões...). Entre essas **heranças** e essas **perdas**, constituem-se o discurso sobre a formação linguística do Brasil (que, para além de um discurso sobre a língua, configura-se como um discurso sobre a sociedade) e o discurso do "*reajustamento linguístico*" (que, para além de um desejo sobre o futuro da língua, revela um desejo sobre o futuro da sociedade).

Terminaremos esse artigo ressaltando a dificuldade da desconstrução do discurso da "**perda** *da morfologia de flexão*". A abordagem da formação do paradigma flexional do português "*popular*" brasileiro como um paradigma "*erodido*", em que *faltam* terminações verbais que, pela lógica, antes estiveram presentes (ou seja: a análise de formas como {**ama**}, em {**eles ama**} / {**nós ama**} como uma "*redução*" de formas como {**amam**} / {**amamos**}) estabilizou-se de tal forma na tradição gramatical brasileira de modo a se tornar, até hoje, quase uma não-questão. A morfologia de flexão *erodiu-se* – contentamo-nos, no mais das vezes, com esta constatação, sem deixar muito espaço para novas perguntas – tais como, por exemplo: se desconsideramos a hipótese do "*destino natural de decadência formal*" proposto pelo evolucionismo oitocentista, então exatamente o que, no processo de adoção de uma língua como o português por falantes de línguas não-indo européias, poderia ter ocasionado a reestruturação do paradigma de flexão verbal? Afinal, o que a morfologia de concordância verbo-nominal expressava no português do século XVI que hoje – ao que tudo indica – já não precisa ser expresso? Essas são perguntas que custaram muito a poderem sequer ser formuladas, e que deixarei aqui suspensas, aguardando novas reflexões.

## REFERÊNCIAS

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: CAMARA Jr., J. M. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 71-87.

COELHO, Adolpho. Estudos para a história dos contos tradicionais. **Revista de Etnologia e Glotologia,** n. 1, p. 108-144, 1880.

ELIA, Silvio. **A unidade linguística do Brasil:** condicionamentos geoeconômicos. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

GUY, Gregory. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In: _____. **Estudos sobre el Español de América y Linguística Afroamericana**. Bogotá: Instituto Caro e Cuervom, 1989. p. 227-245.

HOLM, John. Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. (Ed.). **Pidgin and Creole Languages**. Honolulu: University of the Hawaii Press, 1987, p. 406-429.

LEITE, Marli Q. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 1999.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **D.E.L.T.A**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.

MAHER, Peter J. Introduction. In: KÖRNER, E. F. K. (Ed.). **Linguistics and evolutionary theory**: Three essays. Amsterdam: J. Benjamins, 1983, p. xvii-xxxii.

MELO, Gladstone Chaves de. **A Língua do Brasil**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 1975. Edição original: 1946.

PAGOTTO, Emílio G. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 2, p. 49- 68, 1998.

PAUL, Hermann. **Princípios fundamentais da história da língua**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1966. Edição Original: 1909.

SCHLEICHER, August. The darwinian theory and the Science of Language. In: KOERNER, E. F. (Ed.). **Linguistics and Evolutionary Theory**: three essays. Amsterdam: John Benjamins, 1983, p. 1-69. Edição original: 1863

SCHLEICHER, August. On the significance of language to the Natural History of Man. In: KOERNER, E. F. (Ed.). **Linguistics and Evolutionary Theory**: three essays. Amsterdam: John Benjamins, 1983, p. 33-69. Edição original: 1865.

SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Presença, 1976. Edição original :1950.

TORRES-MORAIS, Maria Aparecida C.R.. **D.E.L.T.A**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 155-168, 2001.

*Recebido em dezembro de 2009*
*Aprovado em fevereiro de 2010*

## SOBRE A AUTORA

**Maria Clara Paixão de Sousa é** Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade de São Paulo (USP), junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e colaboradora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp) desde 2005. Sua área de pesquisa central é a Teoria e Análise Linguística, com ênfase em estudos da Mudança Gramatical. Seu projeto de pesquisa, "A Língua Portuguesa, 1400 - 1600: Aspectos de História e Gramática", pretende descrever o português escrito entre 1400 e 1600 com o objetivo de compreender a mudança linguística que origina o Português Brasileiro, e envolve três vertentes de trabalho: pesquisa de fontes e metodologias para o estudo da história da Língua Portuguesa; descrição e análise gramatical; reflexão sobre os condicionantes formais e históricos da mudança diacrônica, aspirando à compreensão teórica sobre a mudança gramatical refletida na língua representada pela escrita. Participa também de projetos voltados à digitalização de textos antigos e ao campo do processamento automático da linguagem, âmbitos relevantes para a vertente documental e metodológica das pesquisas históricas.
E-mail: mcps@gmail.com.